

Resistir es vencer: o Brasil e a Contraofensiva Montonera, 1978-1980

Jorge Christian Fernández*

Resumo: A violenta ofensiva militar iniciada pelas forças armadas argentinas após o golpe de 24 de março de 1976 provocou uma retirada desordenada dos militantes revolucionários argentinos. Passado o primeiro impacto, a estratégia da organização político-militar argentina *Montoneros* foi procurar se reorganizar e articular núcleos no exterior. Um dos espaços escolhidos para isso foi o Brasil. Assim, o objetivo deste artigo consiste em analisar a atuação dos *Montoneros* em território brasileiro entre 1978 e 1980. Durante esse período, o grupo desenvolveu, a partir de bases no estrangeiro, diversas estratégias de luta e resistência contra a ditadura civil-militar argentina, um conjunto de operações político-militares que passaram para a História como a *Contraofensiva Montonera*. Enquanto isso, a repressão argentina reforçava os laços com a repressão brasileira para caçar oponentes dentro do Brasil, no marco da conexão repressiva transfronteiriça conhecida como Operação Condor. Esta pesquisa contou com aportes documentais variados, desde fundos oficiais inéditos, passando por arquivos jornalísticos, de organizações de direitos humanos, acervos privados e entrevistas inéditas com os sujeitos, protagonistas diretos ou coadjuvantes desta história.

Palavras-chave: Montoneros. Ditadura civil-militar. Guerrilha. Operação Condor.

Resistir es vencer¹: o Brasil e a Contraofensiva Montonera, 1978-1980²

Para os líderes do grupo *Montoneros* vivendo no exílio, o biênio 1979-1980 seria de vital importância, pois daria início à *Contraofensiva*

* Doutor Professor Assistente do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Estratégica (COE) contra a ditadura civil-militar argentina. Na concepção da *Conducción Nacional* dos *Montoneros* (CN), diversos acontecimentos ocorridos na Argentina sinalizavam que os golpistas, no poder desde 24 de março de 1976, estavam instáveis e faltava um “sopro” para derrubá-los.

Era fato que o regime passava por momentos difíceis. Pela primeira vez desde o golpe, trabalhadores organizaram paralisações e greves em função da crise do modelo econômico, o que indicava certo ressurgimento da atividade sindical. Pouco depois, no quinto aniversário da morte de Perón, em julho de 1979, uma manifestação reuniu mais de 5.000 pessoas (GILLESPIE, 1998, p. 137). Ainda durante o primeiro semestre de 1979, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) constatou *in loco* as graves violações dos direitos humanos na Argentina. Por outro lado, o bloco de poder ditatorial parecia apresentar fissuras capazes de abalar sua estrutura institucional. A nomeação do general Viola como chefe do exército, considerado “moderado” pelos anticomunistas radicais, e posicionando-se como futuro sucessor do general Videla no comando da Junta militar, polarizou o oficialato.

Ao analisar este cenário, a liderança *montonera* ponderou que a interferência pontual da vanguarda guerrilheira, mediante ações político-militares aplicadas com precisão cirúrgica, serviria para agudizar as contradições internas do regime. Com isso, o comando *montonero* esperava que se desse início a um processo de desestruturação e retirada da ditadura, como havia ocorrido em 1972 com o general Lanusse. No entanto, a opinião entre os dirigentes da organização não era unânime e, em fevereiro de 1979, o grupo rachou devido às críticas ao projeto da COE (LARRAQUY, 2006, p. 137).

De acordo com Gasparini (2005) e Gillespie (1998) houve, por parte da CN, uma superestimação dos eventos no contexto interno, em que se maximizaram as contradições do campo inimigo e se minimizaram as deficiências próprias. A essa leitura otimista da realidade também vinculava-se uma percepção vanguardista de que os *Montoneros* eram a legítima liderança do operariado e que toda resistência no interior da Argentina respondia à organização. Era como se a simples presença *montonera* no conflito entre o governo e

os sindicatos servisse como alavanca de um processo insurrecional capaz de expulsar os militares do poder.

Ao que parece, a cúpula *montonera* equivocou-se na avaliação das condições objetivas e subjetivas desse processo. Primeiramente, o erro era histórico: em 1972, o efervescente movimento social estava do lado da guerrilha *montonera*, enquanto esta ainda estava avalizada por Perón. Mas, em 1979, Perón já havia desaparecido (sem legar a herança política do seu movimento aos *Montoneros*) e o movimento social estava em refluxo, devido às práticas da ditadura. Os *Montoneros*, que há muito haviam enveredado por um caminho militarista, desvinculado da política de massas, já não contavam mais com o apoio de uma população paralisada pelo medo, desconfiada, mas também anestesiada por fugazes sucessos econômicos do regime (especialmente as camadas médias) e alienadas pelas vitórias futebolísticas do Mundial de 1978 e o Campeonato Juvenil de 1979.

O Exército *Montonero*

Desde 1977, os *Montoneros* estavam em um processo de franca militarização, inversamente proporcional à sua inserção de massas. Quanto mais militarizavam-se, mais o movimento social buscava distância de um militarismo que trazia mortes e desaparecimentos (GASPARINI, 2005, p. 170). Buscando reconhecimento internacional como força beligerante, *Montoneros* intentou estabelecer um exército de base regular, hierarquizado verticalmente e quase copiando a estrutura organizacional do exército argentino.

Porém, o aparato militar dos *Montoneros* estava em franca desvantagem na luta contra o exército. As baixas sofridas entre 1976-1978 eram da ordem de 60%, só na região de Buenos Aires (LARRAQUY, 2006, p. 126). A ditadura, com uma estratégia ofensiva de guerra curta e intensa, mostrava-se implacável. Submetidos a torturas, os militantes capturados delatavam outros companheiros, que também seriam sugados pela espiral do terror. O medo da delação levou a organização a uma atitude extrema e discutível: obrigar que os militantes portassem uma cápsula de cianureto.

Além disso, ainda eram inúmeras as deserções e fugas para o interior e o exterior como consequência da violência estatal direta ou irradiada: havia se dado uma debandada geral e essas perdas não estavam sendo preenchidas por novos militantes. Também parte da estrutura clandestina (“casas seguras”, laboratórios de explosivos, oficinas de armas, enfermarias etc.) foi perdida para o inimigo, assim como armas, veículos e documentos diversos, entre os quais as indispensáveis identidades falsas. Ou seja, sem apoio social, sem território, sem reservas estratégicas de forças no país, a COE parecia estar destinada, de antemão, ao fracasso.

Planejada desde bases na Europa, a COE tinha eixos de ação político, social e militar. A ênfase, contudo, estava focada na mobilização dos setores sindicais. Para tal finalidade, criaram-se as chamadas Tropas Especiais de Agitação (TEA) e as Tropas Especiais de Infantaria (TEI). As TEA cuidariam da parte de propaganda, contatos e negociação com as lideranças operárias, enquanto as TEI atuariam como grupos “comando” em operações militares dirigidas contra a equipe econômica da ditadura. Em tese, essas operações eram entendidas como forma de suporte das reivindicações trabalhadoras e serviriam para ganhar a simpatia do operariado e parte da população. Mas as ações militares também objetivavam recolocar os *Montoneros* na mídia. Com isso, pretendiam humilhar os militares e, ao mesmo tempo, mostrar ao povo que eles ainda se configuravam como opção política frente à ditadura.

Mas quem comporia essas tropas, já que a estrutura *montonera* na Argentina era virtualmente inexistente? A solução encontrada pela CN foi recrutar entre a massa de exilados e refugiados que se encontrava dispersa entre o México e a Europa. De um modo geral, estes jovens militantes no exílio eram indivíduos internamente fraturados, emocionalmente fragilizados pela situação vivida, inadaptados nos lugares que os haviam acolhido e que, principalmente, carregavam um fardo psicológico: o sentimento de culpa de estarem vivos enquanto milhares de companheiros eram trucidados na Argentina. Assim, a oportunidade de redenção e recomeço parecia estar na COE (LARRAQUY, 2006, p. 126).

O treinamento das tropas *montoneras* ocorreu no exterior: enquanto as TEA, de caráter mais técnico e político, seriam instruídas

no México, as TEI deviam treinar em situação de combate. Para isso, a CN estabeleceu relações com a milícia *Al-Fatab* palestina que, em troca de tecnologia *montonera* para a montagem de uma fábrica de explosivo plástico, forneceu bases, armas e instrutores. Os *Montoneros* adestraram-se em duas bases no Líbano, nos arredores de Beirute, e uma base na Síria, também próxima à capital, Damasco. Uma vez finalizado o treinamento, os militantes deveriam retornar a Argentina e tomar suas posições à “vanguarda” do combate revolucionário. A porta de entrada era o Brasil.

As Bases *Montoneras* no Brasil e a Contraofensiva

Apesar de o Brasil estar sob uma ditadura civil-militar, o país também configurou-se como opção de exílio. Em um primeiro momento, provavelmente em função da proximidade e facilidade de acesso. Mas, o importante era que, dentre as opções dos países limítrofes da Argentina, o Brasil parecia ser o menos assustador, seja pela “distensão lenta e gradual”, promovida a partir do governo Geisel ou pela permanência de certas instituições democráticas. Por outra parte, a dimensão continental podia transmitir aos exilados a sensação de que dificilmente seriam localizados, caso fossem perseguidos (QUADRAT, 2007, p. 70). Além disso, imaginava-se que no Brasil existia certa desorganização e pouco controle do Estado, como destacou Bruno M.:

Nosotros veíamos aquí como un lugar más blando, donde la falta de control interno facilitaba que las personas se perdieran. Por suerte, la computación estaba en pañales y entonces el registro de las personas era muy aleatorio.³

No entanto, esse “desleixo” do Estado deve ser relativizado, pois transmitia uma falsa sensação de segurança enquanto os mecanismos repressivos brasileiros continuavam atuantes e colaborando intimamente com seus pares argentinos, na chamada Operação Condor. A análise da documentação do Departamento de Ordem

Política e Social (DOPS), do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Ministério do Exército evidencia que os órgãos de inteligência já possuíam elevado grau de conhecimento sobre as atividades dos *Montoneros* no Brasil. Um documento do Centro de Inteligência do Exército (CIE), de maio de 1978, relatava sobre o estouro de um aparelho *montonero* no Uruguai, onde houve a apreensão de [...] *farta documentação contendo endereços em código em diversos países, a saber: Uruguai, Argentina, Brasil, México, Israel, Alemanha e Estados Unidos*.⁴

Mesmo assim, os *Montoneros*, em função da continuidade da luta militar contra o regime argentino, estabeleceram estruturas orgânicas no Brasil. Embora também tenham se dispersado em função da repressão, uma parte dos militantes mais convictos buscou retomar, desde o exílio, o contato com a CN da organização ou seus responsáveis superiores, como explicou-nos Juan P., ex-oficial *montonero*: “[...] Jamás perdimos el contacto. El superior mío, por ejemplo, estaba en Francia. Después se vino a España, y de ahí contactó para mantener el grupo unido acá”.⁵

Logo, a organização montou bases em cidades brasileiras consideradas estratégicas por sua posição geográfica e por sua infraestrutura para fornecer logística, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Além do Brasil, os *Montoneros* tiveram bases de retaguarda e abastecimento no Uruguai, Chile e Paraguai (ASTIZ, 2005, p. 79) e é possível, ainda que houvessem bases secundárias, ou seja, núcleos *Montoneros* sem atividade ou militantes isolados em outras cidades menores que pudessem servir como contatos ou entrepostos em caso de necessidade, especialmente na região de fronteira com a Argentina. Mas as bases principais deveriam ser capazes de fornecer apoio logístico diverso (documentos, armas, refúgio etc.) para abastecer as operações militares a serem desenvolvidas na Argentina. Durante o Mundial de Futebol de 1978, as bases logísticas no Brasil e Cone Sul já teriam sido usadas para introduzir pessoal, armas e equipamentos de interferência televisiva na Argentina. Deve se destacar que essa “ofensiva táctica” serviu de ensaio organizativo e operacional ao que seria a COE de 1979.

Ao que tudo indica, o centro *montonero* no Brasil era o Rio de Janeiro. Foi lá que Eduardo Astiz, o qual participou da primeira fase da COE, e um jovem casal de militantes abasteceram a *pick-up* Toyota

que o casal trazia desde os EUA com armas e munições embutidas (ASTIZ, 2005, p. 24, p. 106). Conforme Astiz (2005), as granadas de explosivo plástico eram produzidas por uma fábrica clandestina que os *Montoneros* teriam instalado no Brasil e cuja existência os governos argentino e brasileiro já sabiam, mas sem descobrir sua localização.

Além disso, os serviços de inteligência de ambos os países também sabiam da importância do Rio de Janeiro como base *montonera*. Um documento enviado ao DOPS gaúcho, em junho de 1978, listava “elementos subversivos foragidos da Argentina” que poderiam praticar ataques na época do Mundial. Todos os indivíduos listados eram ligados aos *Montoneros* e atuavam na “base” do Rio de Janeiro:

OSARY (?), Mirta Dina. Apelido: “Loly”
 Nacionalidade: Argentina Classe: 1953
 DNI: 10.630.301
 Organização: Montoneros
 Posto que ocupa: Frente Docente em Rio de Janeiro.
 [...]
 DE LOUISE, Roberto Mário. RJ.
 Nacionalidade: Argentino Classe: 1951
 DNI: 694.621 Pol. Rosário
 Organização: Montoneros
 Posto que ocupa: Secretaria política no Rio de Janeiro.⁶

Cabe destacar, no trecho acima, a qualidade e o grau de detalhamento da informação em posse dos militares, o que denota o conhecimento das atividades dos *Montoneros* no Brasil pelos serviços de inteligência. Em seu depoimento, Juan confirmou que havia uma base central no RJ. Entretanto, ao contrário de Astiz, Juan negou a existência da fábrica de granadas:

P: [...] se habla de una central de operaciones montonera en Rio...

Sí, existió. Tanto es así que Firmenich es preso en Rio [...]

P: [...] se habla también de una fábrica de granadas y depósitos de armas...

(longa pausa) Mira, que puede haber habido acuerdos para la fabricación de granadas es medio difícil. Yo he sido un militante muy militarizado toda mi vida, no lo creo... ¡ni hoy! Y yo soy experto en armas. El control del ejército brasileiro es total desde todas sus épocas [...] muy difícil que se haya podido armar algo tan [...] yo, por lo menos, que tenga conocimiento, nunca ha existido.⁷

Diego Martinez também considerou que a suposta fábrica de granadas nunca existiu e que seria um devaneio dos serviços de inteligência. Diego trabalhava na base *montonera* em São Paulo junto a seu cunhado, o histórico dirigente Ricardo René Haidar. Segundo ele, o que havia nessa base logística era um “serviço de documentação” responsável por reproduzir documentos de índole diversa.⁸ A existência da “fábrica de documentos” já era conhecida pela inteligência militar brasileira, pelo menos desde maio de 1978, conforme o relatório abaixo:

[...] foram apreendidos diversos passaportes falsos de origem brasileira. Foi apurado pelas autoridades uruguaias, que o centro de falsificações dos passaportes apreendidos, está localizado em São Paulo, provavelmente na capital, onde consta que elementos vinculados ao movimento possuem uma grande organização técnica para a confecção dos mesmos.⁹

Ao que parece, os militares nunca conseguiram encontrar o “serviço de documentação” que funcionou praticamente até o fim da ditadura argentina. Já a existência da suposta fábrica clandestina de granadas exógenas no Brasil permanece sendo uma incógnita. Se de fato existiu, tal informação ainda é tratada como “segredo militar”.

Também em Porto Alegre, os *Montoneros* tinham uma base montada. De acordo com outro depoente, os militantes agrupados na cidade tiveram à sua disposição dois apartamentos na Avenida

João Pessoa, perto da Avenida Ipiranga. Estes apartamentos seriam completamente equipados (com automóvel e até equipamentos de ginástica) e lhes serviam como espaço de articulação política, base logística e hospedagem de militantes da organização em trânsito. Paradoxalmente, essas bases estavam bem próximas da sede da Polícia Civil do RS, onde o DOPS tinha seu QG, exatamente na esquina da Avenida Ipiranga com a Avenida João Pessoa.¹⁰ Juan explicou-nos parcialmente o funcionamento dessa base:

Hubo sí, yo no te diría que era un local para planear nada [...] eran locales de encuentro para la discusión política. Nunca salía de Montoneros una orden de abajo para arriba. [...] yo te digo que podría haber más de 15 (Montoneros em POA), lo que pasa es que, en la época, el que estaba en un lugar tan cerca de la frontera se cuidaba muchísimo. Lo difícil era saber dónde juntarse. Entonces esa casa, que se juntaban los compañeros, era para discusión política, nada más.

Segundo ele, o contato com a base central no RJ era permanente. Como pode-se observar, os *Montoneros* possuíam recursos financeiros suficientes: tanto para possibilitar o acesso a recursos tecnológicos pouco acessíveis quanto para permitir o deslocamento dos seus militantes “em missão”. Eis como funcionava a comunicação entre as bases:

Era todo via correo o via télex. La gente se olvida que existía télex, yo tenía uno que escribía. Era una máquina IBM y ¡que hacía un ruido! Y bueno, en esa época, hice unos viajes a Rio donde teníamos reuniones... [...] a pesar del teléfono, uno evitaba mucho de hablar por teléfono, lo hacía por carta.¹¹

O cuidado no tratamento da informação era essencial, pois eles sabiam que a infiltração por parte da inteligência militar e a delação dos militantes capturados eram os piores inimigos dos *Montoneros*, por deflagrar quedas de militantes. Mas o problema é que, além disso, muitos quadros intermediários, como Juan, começavam a responsabilizar a CN pelos fracassos militares e pelas quedas sequenciais.

Logo, o clima de desconfiança entre eles também minou a coesão da organização:

Lo que más te puedo decir de ese tema, es que la duda que le quedó a cada compañero [...] sobre la conducta de la organización [...] la desconfianza de la Conducción Nacional era total.¹²

Para Juan, essa suspeita quanto à falta de visão e a conduta da CN frente a suas “tropas” se concretizou em junho de 1979, quando o seu grupo recebeu uma convocação para se juntar a COE. Na verdade, foi uma visita. Em um dos apartamentos da organização na capital gaúcha, Juan e outros *Montoneros* de Porto Alegre receberam um seleto grupo de militantes que vinha sigilosamente da Europa. Era um punhado de militantes egressos do treinamento no Líbano que constituíam as TEI. O grupo viera com a firme resolução de convencer os *Montoneros* que estavam no RS a se juntar a eles na COE. Entre os visitantes, encontrava-se o capelão *montonero*, o Padre Adur, e Ricardo Zuker, filho de um renomado ator argentino, Marcos Zuker. Na sua memória, Juan reconstrói os diálogos e o intenso debate político entre dois grupos tão semelhantes, mas, ao mesmo tempo, tão diferentes, em função das experiências recentes de cada um:

Ellos venían de Rio de Janeiro y llegaban por tierra hasta acá. El último encuentro fue acá en Porto Alegre, donde se iban a ver las últimas instrucciones y salir cada uno como tenían que salir. [...]

Yo creo que, cuando se hace la reunión dos noches antes que viaje este grupo desde acá, que viajó Zuker, Adur y... no me acuerdo los nombres de los otros, hubo una discusión:

– Tenemos que volver.

– ¡No, para! ¿La orden de dónde viene?

– La orden de Montoneros, sigue firme la Conducción...

– No... hay que discutirlo. Yo no creo que sea un tema de llegar una orden y salgamos ya y vamos a morirnos todos.

[...] – ¿cómo volvemos? Somos todos clandestinos y volvemos todos de ómnibus... es algo...

– ¿Bueno, tenemos todos documentos falsos?

– No.

[...] Algunos tenían, habían conseguido, pero ya no había más. Yo, en esa noche, tomé la decisión... como cuatro compañeros tomamos la decisión porque no lo consideramos correcto, una contraofensiva sin ningún sentido, ni militar. Aparte, hacíamos un análisis militar y vamos a la nada. Yo, el planteo que hice esa noche fue: – bueno, nos conocemos todos de armas... ¿donde están las armas?¹³

Juan, quadro militar experiente e de visão tão militarista quanto o grupo das TEI, ofereceu argumentos pontuais sob o prisma técnico-militar tentando provar o disparate que significava uma contraofensiva nessas condições:

Yo sabía que, por ejemplo, buscar el armamento en determinado lugar, si yo me tenía que volver a Córdoba, que era mi base militar y política, era muy difícil. Estaba “quebrada” Córdoba. [...] Vos tenías que pasar por Corrientes, Entre Ríos, Santa Fe [...] y no había compañeros [...] ¡no tenías una célula funcionando en ningún lado!

Tanto es así que el principio de tener que viajar de ómnibus para ir a una contraofensiva es, militarmente, un desastre. Si vos vas a pasar la frontera como clandestino, ¡es un desastre que la pases de ómnibus!¹⁴

Apesar de que Juan disse não ter aderido à fração dissidente, é possível que as críticas dessa fração a COE também o tenham influenciado na decisão de romper com a CN. De qualquer modo, parece que o principal motivo para a ruptura tenha sido um olhar diferenciado sobre o contexto argentino. A visão de Juan e do grupo de Porto Alegre estava mais ancorada na realidade, especialmente pela proximidade com a Argentina. Aqueles que estavam no Brasil geralmente mantinham contato frequente com familiares ou amigos que se deslocavam entre um país e outro, servindo de “ponte”. Isso

permitia-lhes ter acesso atualizado à informação sobre a situação interna e também a impressões sobre o clima vivido na Argentina. Isso quando não tinham que se deslocar até a fronteira para renovar seus vistos e tocar com seus pés o “país proibido”. Enfim, para os militantes de Porto Alegre, a Argentina estava logo ali e não havia muito “o quê” idealizar, ao contrário dos que estavam exilados a um oceano de distância, presas fáceis da saudade, do triunfalismo da CN e dos sentimentos de culpa:

[...] yo creo que el error de la lectura política en el momento, que hubo, en estos compañeros era el lugar de donde ellos partían. Estar exilado en un lugar como ese (Europa), el único sentimiento era ese, volver y volver a lo nuestro. Y nosotros desde el Brasil podíamos hacer una lectura mucho más simple y realista: no había condiciones, no había base de sustentación, el “Movimiento” estaba quebrado por toda parte, yo tenía información más rápida que ellos y sabía que estábamos “quebrados”. [...] lo hable con Abal Medina y él me decía que la gente que estaba en México tenían la idea clara que volvían y que había células armadas y preparadas, con lo cual era solo llegar, reinsertarse y volver a la lucha [...] Era un sueño... yo también lo deseaba, pero no existía.¹⁵

É interessante analisar que, pelo menos aquela noite em Porto Alegre, um grupo de *Montoneros* podia novamente experimentar algo que lhes estava vedado há muito tempo pelo centralismo e pela militarização da organização: a liberdade de poder discutir suas divergências. Juan e seu grupo expuseram suas opiniões e tentaram convencer os outros a desistir dessa empreitada. Contudo, sua decisão tinha um alto preço a pagar: serem considerados traidores. Embora a cúpula *montonera* não tivesse mais condições estruturais de exercer o “código de justiça”, que determinava a execução sumária dos “traidores”, a condenação verbal e o isolamento dos pares implicavam um peso moral.

P: ¿Uds. intentaron disuadirlos?

Sí, yo creo que se hizo una discusión muy amplia y el por qué cada uno dijo que iba y el que no iba porque no iba. Que no se tomara eso como una traición, porque no podíamos... no te olvides que dentro del Código de Montoneros el que no quería participar era traidor. Tanto es así que no se juzga a ninguno de los que no volvieron (a Argentina), porque la cúpula tuvo que decir que disenter, en ese momento, no era como disenter en la Argentina. [...] Acá se le colocaron realidades [...] que uno las vivía día a día. [...] Creo que se jugó mucho [...] con el idealismo que los compañeros tenían y... bueno, está ahí el resultado.¹⁶

O resultado inicial foi um empate: nenhum dos *Montoneros* que vieram alistados para a COE renunciou à sua opção. Mas, em contrapartida, também nenhum dos *Montoneros* de Porto Alegre aderiu a COE.

Enquanto isso, inseridas na Argentina desde o início de março de 1979, as unidades TEA haviam começado suas tarefas de propaganda, interferindo nas transmissões de rádio e TV, da mesma forma que haviam feito durante o Mundial. Nos conflitos laborais, os militantes faziam proselitismo e buscavam uma aproximação com trabalhadores e lideranças. Contudo, logo que os militantes chegaram a Argentina descobriram que pouco restava daquele país que haviam deixado há alguns anos. As massas haviam se distanciado dos *Montoneros* e a realidade contrastava com o discurso oficial da CN. O fato é que “[...] ni la gente estaba en la calle ni la dictadura se caía”. (LARRAQUY, 2006, p. 142). Ainda por cima, os militantes estavam isolados e expostos ao risco de serem capturados. Os militares passaram a perseguir com afincos os encarregados das transmissões e os propagandistas. Alguns militantes acabaram desertando, mas a maioria dos integrantes das TEA que operavam em Buenos Aires acabou sendo preso e morto nos meses seguintes, inclusive chefes, como Hernán Mendizabal, comandante das TEA, e o ex-deputado Armando Croatto.

Por sua parte, as TEI também não tiveram muita sorte nas suas missões relâmpago, pois os três atentados dirigidos contra funcionários da equipe econômica da ditadura, realizados entre

final de setembro e meados de novembro de 1979, não foram bem sucedidos.¹⁷ Sem falar que a repercussão das ações na população foi a pior possível, especialmente pelo atentado a residência do assessor Guillermo W. Klein, que colocou em risco sua família. Assim, o povo acabou fazendo eco do discurso da mídia e a da ditadura: os *Montoneros* eram vistos como “terroristas”. Não obstante, a CN, impressionada com a vitória das revoluções nicaraguense e iraniana considerou que essas baixas eram calculadas e que a COE deveria, após uns ajustes, entrar em uma segunda etapa no ano de 1980. Isso custou mais uma cisão no movimento.

Infiltração, Delação, Desaparecimento e Morte: O Condor Argentino Ataca no Brasil

Enquanto os militantes das TEA e TEI repousavam na Europa antes de retornar para a Argentina, para dar início à segunda fase da COE, os serviços de inteligência ajustavam seus mecanismos para aplicar um golpe mortal aos *Montoneros*. Os militares haviam descoberto que os *Montoneros*, antes de partir, haviam escondido armas e equipamentos em depósitos na capital. Apesar das apreensões terem sido veiculadas na imprensa, em janeiro de 1980, o serviço de inteligência *montonero* (que escrutinava jornais da Argentina e do mundo) parece não ter tomado nota disso, nem a CN tomou consciência da gravidade da situação, que colocava em risco a segurança da operação. Assim, os planos de reiniciar as ações armadas, em março de 1980, continuaram sem alteração. Enquanto isso, durante o mês de fevereiro, os militares capturaram os militantes das TEI que reingressavam individualmente para a Argentina, entre eles Ricardo Zuker, um dos que havia tentado convencer os *Montoneros* de Porto Alegre a retornar ao combate. Estava aniquilada a tropa da contraofensiva.

Em março, foi a vez do comandante das TEI. O sequestro se deu em território brasileiro, em uma manobra bem articulada entre os serviços de inteligência militar dos exércitos argentino e brasileiro, respectivamente, o B. 601 e o CIE. Em 12 de março de 1980, Mônica

Binstock e Horácio Campiglia foram detidos no Galeão. A dupla viajou do Panamá, no voo 944 da VIASA venezuelana, com transbordo em Caracas, seguindo via VARIG até o Rio de Janeiro, onde foram detidos ao desembarcar, na frente dos passageiros. Então teriam sido embarcados diretamente em um avião Hércules da Força Aérea Argentina, que aguardava, e levados para Campo de Mayo, onde desapareceram. O “segundo-comandante” Campiglia viera para coordenar do Brasil as operações das TEI, e Binstock era sua ajudante de ordens. Ambos viajavam com “bons” passaportes falsos obtidos em Cuba. Segundo afirma Kriskhe, em seu depoimento sobre o caso à Justiça argentina e baseado em testemunhos, ela gritou: – *Ayudenme, soy argentina. ¡Me estan secuestrando!*¹⁸, para chamar a atenção das pessoas no aeroporto, sem sucesso.¹⁹ Mas como os militares argentinos descobriram exatamente os nomes falsos, a data e o voo dos chefes *Montoneros*? Sobre isso existem algumas hipóteses.

Para Larraquy (2006, p. 189-191), a entrega dos precisos dados que possibilitaram a prisão dos *Montoneros* no RJ, pode ter vindo “de baixo”, “de cima” ou via Panamá. Para ele, a prisão de Garcia Ferré, contato imediato de Campiglia na Argentina, poderia ter facilitado alguma informação, mas dificilmente ele poderia contar com dados tão exatos sobre a movimentação do seu superior. A hipótese do Panamá é viável, pois, apesar de ser uma zona “protegida” para os *Montoneros*, devido à relação com o general Omar Torrijos, por lá também circulavam militares argentinos, com quem tinham contato alguns militares panamenhos, como o coronel Manuel Noriega.

Já a hipótese “de cima”, indica diretamente o núcleo “duro” em torno a CN. Os passaportes e documentos de identidade de cada membro da organização envolvido na COE haviam sido preparados pela Secretaria Técnica baseada em Cuba e sob a responsabilidade do próprio Firmenich e, no caso de Campiglia, até a compra das passagens seria da alçada desta Secretaria, por ser ele um membro da CN (LARRAQUY, 2006, p. 185). Ao que tudo indica, os serviços de inteligência argentinos tinham agentes infiltrados não somente na estrutura da organização, mas também muito próximos a CN *montonera*. Isso esclareceria como os militares tiveram acesso à informação secreta e detalhada sobre os chefes e militantes da organização. Evidentemente, essa informação também intercambiava-se com os

serviços de inteligência brasileiros e de outros países do Cone Sul mediante o sistema integrado Condor.

Nos arquivos brasileiros, encontramos documentação contendo detalhes minuciosos sobre os chefes *Montoneros*, inclusive o líder Mario Firmenich, o que corroboraria esta tese da infiltração próxima a CN. Eis aqui um exemplo de um vazamento de informação secreta dos *Montoneros*, neste informe confidencial, datado de 30 de abril de 1979 e distribuído pela Segunda Seção (S/2) do exército, na época do início da COE:

INFORME N°. 05 S/2

1. Assunto: ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO TERRORISTA MONTONEROS [...]

A organização terrorista argentina “OS MONTONEROS” teria alguns de seus principais militantes fazendo curso de guerrilha em CUBA e na PALESTINA (com elementos pertencentes a AL FATAH e OLP). Elementos da citada organização teriam programado sua volta à ARGENTINA, a ser efetivada durante o mês de abril/79 e, para tal, teriam decidido entrar na AMÉRICA DO SUL pelo BRASIL, BOLÍVIA ou PARAGUAI. Tem-se conhecimento dos seguintes elementos que usarão tal esquema de retorno, sendo que portarão documentação falsa e farto material subversivo: – MARIO EDUARDO FIRMENICH – nascido aos 15 Fev 48, Secretário Geral dos Montoneros, apresentar-se-á como sendo JUAN DOMINGO MORELLI; – FERNANDO VACA NARVAJA – vulgo “VASCO” ou “GUSTAVO”, Secretário de Relações Internacionais dos Montoneros, portará documentação em nome de JULIO RAUL LABANNA, cédula de Identidade argentina n° 7216369 ou Libreta de Enrolamiento n° 4778025.

MARIO EDUARDO FIRMENICH e FERNANDO VACA NARVAJA, caso desembarquem no Brasil, contatariam com JOSÉ ALBERTO VITTAR, vulgo “HUMBERTO”, “TURCO” ou “PABLO”, que usaria documentação falsa em nome de JÚLIO CESAR CELIA, Passaporte n° 7121010, elemento este que seria o responsável pela obtenção de documentação falsa em território brasileiro [...]²⁰

O dirigente Fernando Vaca Narvaja teria mesmo passado diversas vezes pelo RS, conforme relembra Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), cuja associação prestou solidariedade a algumas ações políticas dos *Montoneros*:

Também fazíamos uma base de apoio [...] bem pontual. O Fernando Vaca Narvaja entra na Argentina para fazer uma proclamação nas ondas de rádio e TV. Claro, a repressão argentina “se morde” e nós tivemos de atuar para tirar o Fernando de lá. [...] Isso é público.²¹

Essa circulação de líderes *Montoneros* pelo Brasil não escapava aos olhos da repressão. Um documento do SNI, datado de 26 de março de 1980, alerta sobre a presença do “quarto homem do movimento *Montoneros*” no Rio Grande do Sul:

ASSUNTO: TERRORISTAS ARGENTINOS NO BRASIL
ORIGEM: SI/SR/DPF/RS

AVAL: B – 3

DIFUSÃO: AC/SNI

1. O terrorista argentino, (tachado), codinome (tachado) SDO, com aproximadamente 35 anos de idade, altura aproximada de 1,70m, de constituição física magro, considerado o quarto homem do Movimento Terrorista Uruguaio (sic) “MONTONEROS”, foi visto na região de ITAQUI, SÃO BORJA e URUGUAIANA/RS/BR. O nominado estaria armazenando armamento na região da fronteira para passá-lo para a REPÚBLICA ARGENTINA através da fronteira do RIO GRANDE DO SUL ou de SANTA CATARINA com aquele país.

2. Informes recebidos dão conta de que os argentinos – (tachado), (tachado) e (tachado) encontram-se em território brasileiro e estariam mantendo ligações com subversivos argentinos e brasileiros.²²

Apesar da censura do Arquivo Nacional, pode-se deduzir que o documento se refira a Fernando Vaca Narvaja e a Ricardo René Haidar, pois ambos teriam circulado no RS na época da contraofensiva, segundo Krischke e Martinez. Como observa-se, os militares

possuíam volume e qualidade de informação sobre o seu inimigo, muitas vezes até conhecendo de antemão os passos deste, ou no mínimo acessando um leque de possibilidades com as quais poderia direcionar antecipadamente as suas manobras repressivas.

Recentemente, Paulo Malhães, um militar brasileiro aposentado e ex-integrante da subseção²³ do CIE no Rio de Janeiro, revelou ao jornalista Fabio Murakawa que, sob seu comando, estava o “gringo”, um *montonero* que agia como agente duplo e cuja função era montar uma organização de esquerda fictícia e, por meio dela, fazer contatos com militantes e monitorar os passos da esquerda brasileira e de outros países (MURUKAWA, 2008, p. 150). Segundo Murukawa, o tal “gringo”, além de estabelecer uma ponte entre o CIE e o Batalhão 601 argentino (B.601), circulava entre Cuba, México, França e Espanha. No Rio de Janeiro, ele também operava junto à comunidade de refugiados. Para o jornalista, este infiltrado pode ter sido um responsável pelas quedas de Binstock e Campiglia, já que suas denúncias ao CIE teriam levado o B.601 a descobrir os depósitos dos *Montoneros* em Buenos Aires, dando início a uma reação encadeada que culminou com esses dois sequestros no Rio de Janeiro.

O condor ataca no sul do Brasil

Ainda não se considerando derrotada, a organização continuou enviando militantes para a Argentina. O foco era centralizar na ação política, sindical ou de bairros, uma forma de retornar, mesmo que tardiamente, às massas. Além disso, alguns militantes tinham por missão a tarefa de descobrir o destino dos enviados anteriormente.

No dia 02 de junho de 1980, os *Montoneros* Liliana Goldemberg e Ernesto Escabosa, atravessavam o Rio Iguaçu na balsa “Cajú 4” na tríplice fronteira entre Porto Meira e Puerto Iguaçu, quando foram detidos por policiais ou militares argentinos trajados à paisana que vinham do Brasil. Eles suplicaram ao balseiro que retornasse ao porto brasileiro, mas este foi impedido pelos policiais, sob o olhar de cerca de vinte turistas e até mesmo de um padre e seis freiras de uma congregação italiana.²⁴ Sabedores do destino que lhes aguardava no lado argentino, Liliana e Ernesto suicidaram-se com cianureto.

A notícia chegou a ser veiculada na imprensa brasileira. Um deputado do PMDB paranaense, Nelson Friedrich, interpelou as autoridades brasileiras para que se investigasse com rigor o suicídio. O deputado suspeitava de que o suicídio ocultava um prévio sequestro, algo semelhante ao ocorrido com os uruguaio Lilian Ceriberti e Universindo Dias, em 1978, mas as autoridades brasileiras negavam-se a comentar o assunto, alegando não ser de sua alçada, pois o suicídio ocorrera já em território argentino.

Indignado com o descaso do governo, o deputado declarou a imprensa que

É inadmissível que este caso repita os dos uruguaio sequestrados em Porto Alegre. [...] fatos desta natureza, somados à nova Lei dos Estrangeiros, colocam o País em franco desrespeito a todos os princípios estabelecidos internacionalmente, quanto ao direito de asilo, de proteção aos refugiados políticos, independente de suas posições.²⁵

Mas, independentemente da soma de repercussões negativas decorrentes de novas denúncias de sequestros similares ao dos uruguaio em Porto Alegre, o Condor continuaria a agir impunemente enquanto as ditaduras se sentissem ameaçadas. Por essa época, em função da contraofensiva *montonera*, a região sul estava sendo escrutinada atentamente pelas forças de segurança. Especialmente os locais próximos à fronteira com a Argentina e o Rio Grande do Sul, pois os militares sabiam o valor estratégico deste estado. Padrós e Marçal destacaram este duplo papel desempenhado pelo RS: “[...] por parte do regime, um papel de baluarte da defesa nacional; [...] Paradoxalmente,[...] para a oposição, uma espécie de corredor ou uma rota estratégica para conectar a resistência interna com aquela organizada no exterior” (PADRÓS; BARBOSA; LOPES; FERNANDES, 2009, v. 3, p. 37).

O padre Jorge Oscar Adur era um desses militantes que utilizavam o RS como “corredor” estratégico estabelecendo conexões entre o que restava do movimento *montonero* na Argentina e o exterior. Mas, além de ser um importante articulador político, o padre Adur era capitão-capelão no exército *montonero* e, como tal, deveria

prestar assistência religiosa aos combatentes.²⁶ Logo no início de junho de 1980, Adur retornou clandestino para a Argentina, usando uma técnica que os *Montoneros* chamavam de *contraseguimiento* e que visava a despistar possíveis inimigos no seu encalço. Assim, vindo de Paris, Adur desembarca em São Paulo, de onde seguiria por via terrestre para Porto Alegre, Passo Fundo para, finalmente, passar a fronteira com a Argentina na região do Alto Uruguai.²⁷

Segundo um panfleto *montonero*, editado após o seu desaparecimento, a missão de Adur na Argentina estava subdividida em três tarefas:

Tareas de solidaridad con familiares de presos y detenidos desaparecidos [...]

Tareas vinculadas a la actividad de los grupos de cristianos argentinos con motivo de la visita del Santo Padre, Juan Pablo II, al Brasil.

Hacer llegar a mano de los obispos integrantes del episcopado argentino la carta que, con fecha del 29 de mayo de 1980, elevara el Movimiento Peronista Montonero a las máximas autoridades eclesiásticas (MOVIMIENTO PERONISTA MONTONERO, 1980, p. 7).

Além disso, segundo Diego, Adur tinha uma missão encomendada pessoalmente por Mario Firmenich: zelar pelo filho deste, que se encontrava em uma instituição da igreja, já que a mãe (irmã de Diego) estava presa.²⁸

Na volta a Europa, Adur deveria encontrar-se com um grupo das Mães da Praça de Maio que o esperavam para juntar-se a elas em audiência com o Papa João Paulo II em Porto Alegre. A presença de Adur, como sacerdote, certamente legitimaria e reforçaria as denúncias de violações dos direitos humanos na Argentina. Jair Krischke foi um dos artífices deste encontro entre as Mães e o Papa:

As Madres da Praça de Maio vêm para Porto Alegre, porque o Papa estaria aqui. [...] Me pediram, Dona Hebe Bonafini, que intercedesse através dos nossos bispos, para que o Papa as recebesse. De fato, conversamos com o bispo auxiliar,

Dom Antônio Cheuiche, que imediatamente se sensibilizou e tratou de conversar com o Papa sobre este pleito, e o Papa concordou recebê-las por cinco minutos ali no Gigantinho.²⁹

Contudo, transcorrido o tempo previsto, o padre Adur não chegava. Na ocasião, ele portava a identidade nº 4.066.191, em nome de Pedro R. Altamirano. Adur havia saído de Buenos Aires no ônibus nº100, placas C-881.314, da empresa argentina General Urquiza, rumo a São Paulo, com escala em Porto Alegre. Ele viajava no assento nº 11.³⁰ Preocupados com o atraso de Adur, Kriskhke e as Mães da Praça de Maio decidem procurá-lo:

Havia um escritório dessa empresa ali na Avenida Farrapos, ali ao lado do hotel São Luís, bem no início da Farrapos. E nós fomos lá para saber se o ônibus tinha atrasado: “Não, o ônibus já chegou e já...” porque este ônibus vinha de Buenos Aires e ia até o Rio de Janeiro: “Não, já saiu para o Rio de Janeiro. Quem tinha que descer desceu, e já foi...” “Bom, e esse passageiro?” “Ah, não sabemos.” “Como vocês não sabem? Desceu aqui?” “Não sabemos!”³¹

Assim que foi constatada a desapareição de Adur, começou a mobilização das organizações de direitos humanos para descobrir o que ocorrera com o padre. Segundo Kriskhke, além dos organismos oficiais e das organizações não governamentais, o próprio Vaticano foi contatado. A imprensa também foi acionada para pressionar as autoridades e o caso Adur teve cobertura jornalística.

Mas ninguém sabia com certeza quando ou onde Adur havia desaparecido. Na realidade, o último contato que se possuía de Adur datava de 17 de junho, quando este contatara telefonicamente seu superior na Europa. Houve muita especulação sobre o que poderia ter acontecido e hipóteses foram imaginadas: para alguns, ele sequer havia deixado a Argentina, mas, para outros, Adur teria sido capturado no Brasil, na fronteira ou em Porto Alegre, que era a hipótese do MJDH. Esta última tomou força quando descobriu-se que uma carta escrita por Adur fora postada em 1º de julho de 1980, em tese, dias depois do desaparecimento do padre.

A prova de que Padre Adur esteve em Porto Alegre é uma carta endereçada a outro religioso, residente no México, postada aqui mesmo. Na correspondência, o padre argentino prometia um contato telefônico com seu colega, o que não se concretizou. Passado o prazo marcado, foi feita denúncia de seu desaparecimento. As primeiras investigações realizadas aqui por entidades ligadas à luta pelos direitos humanos não levaram a nenhuma informação sobre o paradeiro do religioso.³²

Outro detalhe intrigante era que a carta estava carimbada em Passo Fundo. Quem havia postado a carta? Teria sido Adur ou os seus captores, como manobra dissuasiva para confundir?

Anos depois, Kriskhe veio a descobrir, mediante uma testemunha anônima, o que teria se passado naquele dia 26 de junho de 1980. Cerca das dez e meia da noite, Adur havia sido detido do lado brasileiro, após cruzar a fronteira Paso de Los Libres-Uruguai-ana. No relato a seguir, Kriskhe revive o depoimento dado a ele anonimamente e a dificuldade que teve para conseguir convencer a testemunha a falar, naqueles tempos difíceis:

[...] através de uma professora de uma escola católica... essa professora nos diz: “Olha, por coincidência, meu marido estava naquele ônibus...” ele [...] presenciou o fato. Mas ele não fala. [...] Aí foi uma longa negociação, acho que foi mais de um mês até que ele concordasse, e nós fomos até a casa dele, e ele nos contou que estava no ônibus, que esse ônibus foi parado, e entraram as pessoas vestidas de civil e fizeram baixar cinco passageiros. Passados alguns minutos, voltou um. Mais uns minutos: volta outro. E assim foi indo. Voltaram quatro. Ficou o Adur. Aí, um desses senhores entra no ônibus e diz a todos: “O passageiro aqui do assento 11 não irá prosseguir viagem, porque está traficando cocaína, 200gr. de cocaína.” Disse até peso. “Boa noite, boa viagem”. E segue o ônibus. Este senhor nos comenta que as pessoas... “Que coisa incrível, este senhor de aspecto tão suave... um senhor! Olha, uma pessoa de bem, traficando cocaína... não se pode mais confiar em ninguém.”³³

Quanto ao mistério sobre a carta de Adur, ele nos foi revelado por Diego Martinez, que discretamente residia em Passo Fundo, cuidando tanto para não expor sua militância quanto seu parentesco com o comandante Firmenich. Diego contou-nos que Adur “[...] foi lá, no meu lugar de trabalho. Eu não o conhecia... Tinha uma contra-senha, lógico! Estivemos um par de horas juntos, me deu aquela correspondência [...] disse pra esperar uns dias pra postar, não sei o conteúdo...”³⁴. Diego postou a carta duas semanas depois, sem saber que Adur já tinha desaparecido.

Entretanto, o padre Adur não foi a única vítima no dia 26 de junho de 1980. Nesse mesmo dia e região, o tenente *montonero* Lorenzo Viñas foi também sequestrado. Desde junho de 1979, Viñas e sua esposa, Claudia Allegrini, haviam regressado clandestinamente a Argentina, no marco da COE, com a missão de se inserir organicamente e reorganizar a resistência. Em virtude do cerco da repressão, da impossibilidade concreta de levar adiante a missão encomendada e da gravidez da sua esposa, Viñas decide retornar a Itália, onde vivia sua mãe. A saída ocorreria pelo Brasil: sua mulher e filha recém-nascida iriam de avião, ele, de ônibus. Viñas viajava em um ônibus da empresa brasileira Pluma que partira de Santa Fé em direção ao Rio de Janeiro. Assim como Adur, Viñas usava um documento falso (cédula de identidade nº 10.835.726, em nome de Néstor M. Ayala) e ele também ocupou a poltrona nº 11 do ônibus. O pesquisador Nilson Mariano (2006, p. 88) suspeita de que o lugar 11 fosse usado como um “marcador” para sinalizar os suspeitos a serem detidos para averiguações.

Essa hipótese, por outro lado, implica deduzir que as companhias de transporte tinham uma espécie de acerto com a repressão, colaborando de forma coagida ou espontânea. Isso talvez explique o “desinteresse” das empresas em responder as indagações feitas pelos companheiros de Viñas e Adur. Assim, é bem possível que as listas de passageiros fossem repassadas por um ex-guerrilheiro “quebrado”, escoltado por um militar de inteligência. Isso conectar-se-ia e fecharia um circuito com a hipótese da infiltração junto a CN, a qual nos referimos anteriormente, pois novamente a repressão dispunha de dados muito precisos para guiar seus agentes até o alvo.

Na opinião de Juan, os documentos falsos de nada mais serviam, pois o inimigo já tinha pleno conhecimento deles:

Adur portaba una cédula falsa... Sí, pero lo tenían fichado. Aparte, este grupo que salió de Porto Alegre, para mí, fue dado con nombre y apellido... no conozco bien el hecho, hasta los militares lo tratan de esconder, pero la realidad es esa. [...] Cada uno de los muchachos que volvían, ellos tenían su nombre en una lista, los estaban buscando...³⁵

De acordo com os dados levantados por Mariano na Justiça Federal da Argentina, os sequestros de Viñas e de Adur, teriam ocorrido já em território brasileiro: “[...] Y se cree que desapareció en el cruce fronterizo....presumiblemente del lado brasileño (sic), dado que la empresa de colectivos mencionada informó que según sus registros la víctima había cruzado la frontera” (MARIANO, 2006, p. 88).

Uma vez capturados, Adur e Viñas teriam passado um tempo presos em Uruguaiana, para depois serem entregues pelos brasileiros ao B.601, que por sua vez os teriam levado para fazenda *La Polaca*, nas cercanias de Paso de los Libres, onde o B.601 tinha uma base operacional do Destacamento 123 (MARIANO, 2006, p. 93). Para *La Polaca*, eram levados os suspeitos que eram apontados pelos “dedos”, ex-guerrilheiros que colaboravam com a repressão e que ficavam atrás das vidraças do prédio de *Migraciones*, antes da ponte Agustín Justo. Posteriormente, Adur e Viñas foram vistos em Campo de Mayo, por um dos poucos participantes da contraofensiva a escapar com vida, a *montonera* Silvia Tolchinsky. Segundo Larraquy (2006, p. 208) Adur foi “translado” no final de setembro de 1980 e Viñas, logo no início de novembro. Apenas um mês depois, pressionada por organismos de direitos humanos para que cancelassem as desastrosas operações militares a fim de diminuir a repressão e salvar a vida dos reféns, a CN *montonera* decretou o cessar das ações armadas.

Considerações finais

Como observamos, o Brasil desempenhou um papel ambivalente e complexo naquele contexto específico: por um lado, oferecia um espaço possível de luta, refúgio, solidariedade e resistência para os dissidentes argentinos. Parte em virtude da sua localização estratégica, mas também porque o regime brasileiro mostrava sinais de distensão interna que foram superestimados. Isso, paradoxalmente, converteu-se em armadilha para *Montoneros*, já que o Brasil não deixava de ser, primeira e simultaneamente, um território inimigo, devido à colaboração repressiva ilegal entre Brasil e Argentina, no marco da Operação Condor.

RESIST IS WIN: BRAZIL AND THE MONTONEROS COUNTEROFFENSIVE, 1978-1980

Abstract: The violent military offensive launched by the Argentine military after the coup of March 24, 1976 caused a disorderly withdrawal of Argentine revolutionary militants. After the first impact, the strategy of political-military organization *Montoneros* was seeking to reorganize and joint remaining forces abroad. One of the areas chosen for that was Brazil. The objective of this paper is to analyze the performance of the *Montoneros* in Brazil between 1978 and 1980. During this period, the group developed, from bases abroad, several strategies of struggle and resistance against the civil-military dictatorship in Argentina, a set of political-military operations that have passed into History as the counteroffensive *Montonera*. Meanwhile, Argentine repression strengthened ties with Brazilian enforcement to hunt opponents within Brazil, inside the international repressive connection known as Operation Condor. This research was documented with contributions from various sources: from unpublished official funds, through newspaper files of human rights organizations, private collections and new oral interviews with the subjects, direct or supporting actors in this story.

Keywords: Montoneros. Civil-military dictatorship. Guerrilla warfare. Operation Condor.

Notas

¹ Slogan de combate dos *Montoneros* na época da Controfensiva, inspirado na resistência dos republicanos no final da Guerra Civil Espanhola.

² Este artigo é uma parte condensada do Capítulo 4 da tese de doutoramento do autor. FERNÁNDEZ, Jorge C. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul* (1966-1989), Porto Alegre, UFRGS, 2011.

³ Entrevista com B. M. – 13/07/2007.

⁴ Ministério do Exército, 8º Bda. Inf. Mtz.: Prisão de *Montoneros* – Uruguai. In: Informe nº 15-E2/78, 05/05/78. Acervo MJDH.

⁵ Entrevista com J. P. – 27/10/2008.

⁶ SOPS, 20º Região Policial. Circular nº 84/78 (transcrição do Pedido de Busca nº 206/78-DOPS) Cachoeira do Sul, 05/05/78. Acervo MJDH.

⁷ Entrevista com J. P. – 27/10/2008.

⁸ Entrevista com Diego Martínez Aguero – 21/08/2010.

⁹ Idem.

¹⁰ Entrevista com F. S. – 24/08/2008.

¹¹ Entrevista com J. P. – 27/10/2008.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ No final de setembro de 1979, um pelotão TEI atacou o Secretário de Coordenação Econômica, Guillermo W. Klein. Em meio à fuzilaria, os atacantes explodiram sua casa, mas Klein conseguiu sair vivo dos escombros. O segundo alvo seria Juan Alemann, funcionário da equipe econômica. No dia 7 de novembro, os comandos TEI interceptaram, nas ruas de Buenos Aires, o automóvel de Alemann e sobre ele abriram fogo. Depois souberam que Alemann saiu ileso. De acordo com Larraquy (2006, p. 170-175), foi planejado um terceiro atentado como forma de “compensação”. O objetivo era um empresário, Francisco Soldati. A operação, realizada no centro de Buenos Aires, também foi desastrosa. Soldati foi morto, contudo, a bomba que aumentaria a rentabilidade do atentado acabou explodindo antes e matando uma *montonera* e destruindo o veículo da fuga. Dos cinco remanescentes, três foram mortos e dois seriam capturados com vida, para desaparecer nas mãos dos militares.

¹⁸ KRISCHKE, Jair. Depoimento a Justiça Federal Argentina, Paso de los Libres, 22/06/2005, p. 3. Acervo MJDH – Porto Alegre.

¹⁹ Já conforme Murukawa (2008, p. 148), ao ser pega, Mônica Binstock ainda chegou a gritar seus verdadeiros nomes.

²⁰ SOPS/RS: Atividades da Organização Terrorista *Montoneros* (Confidencial). Informe N° 05 - S/2, 30/04/79 - SOPS/RG 1.1.370.3.1 - Acervo da Luta Contra a Ditadura.

²¹ Entrevista com Jair Krischke – 25/08/2008.

²² SNI – Agência Porto Alegre. Informe N°026/320/APA/80 (Confidencial), Terroristas argentinos no Brasil – Porto Alegre/RS, 26/03/1980, p. 1 – Arquivo Nacional.

²³ Samantha V. Quadrat (2008, p. 10) também referiu-se a um agente infiltrado na ACNUR no RJ, Roberto Marengo, quem teria inclusive liderado uma invasão ao Consulado Sueco “exigindo” visas de asilo, provavelmente para criar desavenças entre o ACNUR e o governo da Suécia.

²⁴ Clamor, Dez de 1980, p. 48-49, APOF, cx. 1 – Acervo da Luta Contra a Ditadura.

²⁵ Zero Hora, 09/08/1980, p. 13. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa.

²⁶ Antes do exílio, Adur trabalhava em prol dos necessitados em bairros pobres de Buenos Aires, onde vinculou-se aos *Montoneros*.

²⁷ Entrevista com Jair Krischke – 30/10/2008.

²⁸ Conversa com Diego Martinez Aguero – 08/05/2010.

²⁹ Entrevista com Jair Krischke – 30/10/2008.

³⁰ Manifesto de passageiros, Expresso General Urquiza S.L.R., 26/06/1980. Acervo MJDH.

³¹ No manifesto de passageiros consta que destino final do ônibus era São Paulo. Entrevista com Jair Krischke – 30/10/2008.

³² Zero Hora, 16/08/1980, p. 5. Arquivo Museu de Comunicação Social Hipólito Jose da Costa.

³³ Entrevista com Jair Krischke – 30/10/2008.

³⁴ Entrevista com Diego Martinez Aguero – 21/08/2010.

³⁵ Entrevista com J. P. – 27/10/2008.

Referências

AGUERO, Diego M. Diego Martinez Aguero: 1º depoimento [maio 2010] Entrevistador: Jorge C. Fernandez. Porto Alegre, 2010.

_____. Diego Martinez Aguero: 2º depoimento [ago. 2010] Entrevistador: Jorge C. Fernandez. Porto Alegre, 2010.

ASTIZ, Eduardo. *Lo que mata de las balas es la velocidad. Una historia de la contraofensiva montonera del 79*. La Plata: De la Campana, 2005.

- GASPARINI, Juan. *Montoneros, final de cuentas*. La Plata: De la Campana, 2005.
- GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1998.
- KRISCHKE, Jair L. Jair Lima Krischke: 1º depoimento [ago. 2008] Entrevistador: Jorge C. Fernandez. Porto Alegre, 2008.
- _____. Jair Lima Krischke: 2º depoimento [out. 2008] Entrevistador: Jorge C. Fernandez. Porto Alegre, 2008.
- LARRAQUY, Marcelo. *Fuimos soldados. Historia secreta de la contraofensiva montonera*. Buenos Aires: Aguilar, 2006.
- M. BRUNO. “Bruno M.”: depoimento [jul. 2007] Entrevistador: Jorge C. Fernandez. Porto Alegre, 2007.
- MARIANO, Nilton C. *Montoneros no Brasil. Terrorismo de Estado no seqüestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- MOVIMIENTO PERONISTA MONTONERO. Padre Jorge Adur: Compromiso cristiano por la liberación. s.l., 07/09/1980.
- MURUKAWA, Fabio. O infiltrado. In: *Playboy*, n. 401, Outubro 2008, p. 150.
- P. JUAN. “Juan P.”: depoimento [out. 2008] Entrevistador: Jorge C. Fernandez. Porto Alegre, 2008.
- PADRÓS, Enrique S.; MARÇAL, Fabio A. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda S. (Org.). *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2009. – v. 3.
- QUADRAT, Samantha V. Exiliados Argentinos en Brasil: una situación delicada. In: YANKELEVICH, Pablo. JENSEN, Silvina. *Exílios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.
- _____. Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros. In: *IV Jornada de Historia Reciente*, Universidad Nacional de Rosário, Argentina, maio de 2008.
- S. Francisco. “Francisco S.”: depoimento [ago. 2008] Entrevistador: Jorge C. Fernandez. Porto Alegre, 2008.

Recebido em: 31/05/2012

Aprovado em: 10/09/2012